



## CAPITULO V

### 5. DA GESTÃO FISCAL

#### 5.1. Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão do Relatório de Gestão Fiscal - RGF ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos poderes e órgãos, o qual contém informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias, operações de crédito, demonstrativos das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro do exercício de referência, às inscrições em restos a pagar e o demonstrativo simplificado do referido relatório, conforme demonstram os anexos a seguir:

##### 5.1.1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal

O Demonstrativo das Despesas com Pessoal, Anexo I do RGF, visa transparecer a despesa com pessoal de cada um dos Poderes e a verificar o cumprimento dos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. A LRF determina que no máximo 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado pode ser aplicada em Gastos com Pessoal, estabelecendo limites segregados de gastos por Poder e Órgão.

TABELA 133

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (b)
<b>PODER EXECUTIVO</b>		
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>6.473.024.399,30</b>	<b>28.587.014,95</b>
Pessoal Ativo	4.803.251.714,15	28.433.707,68
Pessoal Inativo	1.411.086.226,70	-
Outras Despesas de Pessoal dec. de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	258.686.458,45	153.307,27
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>676.666.607,59</b>	<b>388.587,94</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	49.273.601,50	-
Despesas de Exercícios Anteriores	29.147.984,88	388.587,94
Inativos com Recursos Vinculados	598.245.021,21	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>5.796.357.791,71</b>	<b>28.198.427,01</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>5.824.556.218,72</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	13.379.882.290,14	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>43,53</b>	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 48,60%	48,60	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,17%	46,17	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 43,74%	43,74	

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 10/04/2014 09:50

Notas: 1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:  
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício;  
2. No item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio de Previdência;  
3. Exclui "Pensionistas" conforme Resolução nº 2230/10-TCE.

A referida Lei fixa para o Poder Executivo o limite de 48,60% da Receita Corrente Líquida. As Despesas com Pessoal do Poder Executivo representam 43,53% da Receita Corrente Líquida, valar dentro dos limites estabelecidos.

## 5.1.2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

O Demonstrativo a Dívida Consolidada Líquida - DCL, Anexo II do RGF, demonstra a dívida pública composta pelas obrigações financeiras do Estado, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, acrescida dos restos a pagar processados do exercício, e de exercícios anteriores menos às disponibilidades e os haveres financeiros. Vale destacar que não estão computadas na dívida consolidada as dívidas contraídas pelas empresas estatais.

TABELA 134

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>5.745.082.357</b>	<b>5.942.460.679</b>	<b>6.281.703.815,71</b>	<b>6.980.854.715</b>
Dívida Mobiliária	0	0	0,00	0
Dívida Contratual	5.270.259.914	5.467.638.236	5.806.881.373,01	6.366.878.845
Interna	3.152.906.505	3.393.904.275	3.358.010.020,26	3.618.936.058
Externa	2.117.353.409	2.073.733.961	2.448.871.352,75	2.747.942.788
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)-Venc. e não pagos	474.822.443	474.822.443	474.822.442,70	613.975.870,14
Demais Dívidas	0	0	0	0
<b>DEDUÇÕES (II)¹</b>	<b>2.384.719.251</b>	<b>3.122.180.580</b>	<b>2.838.651.768</b>	<b>3.039.952.320</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.618.935.551	3.217.111.842	2.866.214.847	3.241.149.035
Demais Haveres Financeiros	0	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	234.216.299	94.931.262	27.563.079	201.196.715
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)</b>	<b>3.360.363.106</b>	<b>2.820.280.098</b>	<b>3.443.052.048</b>	<b>3.940.902.396</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>12.130.620.626</b>	<b>11.956.164.625</b>	<b>13.061.265.827</b>	<b>13.379.882.290</b>
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	47,36	49,70	48,09	52,17
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	27,70	23,59	26,36	29,45
<b>LÍMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 40/01 DO SENADO</b>	<b>200,00</b>	<b>200,00</b>	<b>200,00</b>	<b>200,00</b>
<b>LÍMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>180,00</b>	<b>180,00</b>	<b>180,00</b>	<b>180,00</b>

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV=V+VI+VII+VIII)</b>	<b>5.270.259.914</b>	<b>5.467.638.235</b>	<b>5.806.881.373,01</b>	<b>6.366.878.845</b>
<b>DÍVIDA DE PPP (V)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>
<b>PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)</b>	<b>81.938.971</b>	<b>108.465.885</b>	<b>83.989.201,99</b>	<b>84.619.393</b>
De Tributos	0	0	0,00	0
De Contribuições Sociais	81.938.971	108.465.885	83.989.201,99	84.619.393
Previdenciárias	46.866.268	37.714.840	26.683.754,33	29.016.465
Demais Contribuições Sociais	35.072.703	70.751.045	57.305.447,66	55.602.929
Do FGTS	0	0	0,00	0
Com Instituição não financeira	0	0	0,00	0
<b>DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)</b>	<b>4.132.933.988</b>	<b>4.308.871.965</b>	<b>4.623.220.624,17</b>	<b>5.117.706.989</b>
Interna	2.025.881.937	2.261.329.388	2.260.027.254,48	2.531.588.599
Externa	2.107.052.051	2.047.542.577	2.363.193.369,69	2.586.118.389
<b>DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)</b>	<b>1.055.386.955</b>	<b>1.050.300.385</b>	<b>1.099.671.546,85</b>	<b>1.164.552.463</b>
União	1.045.085.597	1.024.109.001	1.013.993.563,79	1.002.728.065
Outras Dívidas	10.301.358	26.191.384	85.677.983,06	161.824.398
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0	0	0	0
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0	0	0	0
DEPÓSITOS	0	0	0	0
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	57.853.994	54.603.916	32.442.111	105.004.692
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTARIA-ARO	0	0	0	0

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)</b>	<b>45.202.847.555</b>	<b>45.202.847.555</b>	<b>45.202.847.555</b>	<b>49.825.712.262</b>
Passivo Atuarial	45.202.847.555	45.202.847.555	45.202.847.555	49.825.712.262
Demais Dívidas	0	0	0	0
<b>DEDUÇÕES (X)¹</b>	<b>66.631.976</b>	<b>88.923.875</b>	<b>75.513.089</b>	<b>134.466.816</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	80.985.772	88.923.875	75.513.089	134.469.339
Investimentos	0	0	0	0
Haveres Financeiros	0	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados	14.353.796	0	0	2.523
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>DIV. CONSOLID. LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>45.136.215.579</b>	<b>45.113.923.680</b>	<b>45.127.334.466</b>	<b>49.691.245.445</b>

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 01/04/2014 14:39

Nota 1: No saldo da Disponibilidade de Caixa estão incluídos os recursos das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Dependentes, e excluídos os recursos do SUPSEC e do FPP.

Nota 2: O Regime Previdenciário é composto pelo SUPSEC E FPP.

Quanto aos limites impostos, a Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, define para os Estados que a Dívida Consolidada Líquida não pode ser superior a duas vezes (200%) a Receita Corrente Líquida. No exercício de 2013 a Dívida Consolidada Líquida alcançou o montante de R\$ 3.940.902.396,00, o que representa um aumento nominal de R\$ 580.539.290,00, se comparado ao mesmo período do exercício de 2012. Vale ressaltar, que embora tenha ocorrido uma elevação sensível da DCL, o Governo do Estado do Ceará se mantém com um nível baixo de endividamento, pois o índice de endividamento representa apenas 29,45% da Receita Corrente Líquida.



### 5.1.3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

O Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, Anexo III do RGF, evidencia o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida pelo Governo do Estado do Ceará. A Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, define o limite de comprometimento em 22% da Receita Corrente Líquida. No exercício de 2013, as garantias concedidas pelo Estado totalizaram R\$ 851.191.449,00, representando 6,36% da RCL. Vale destacar, que no mesmo período do exercício anterior, o total das garantias concedidas era de R\$ 850.047.773,00, equivalente a 7,01% da RCL.

TABELA 135

#### ANEXO III - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

(R\$ 1,00)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
<b>EXTERNAS (I)</b>	<b>177.997.894</b>	<b>169.057.566</b>	<b>200.611.469,49</b>	<b>192.274.999</b>
Aval ou fiança em operações de crédito	177.997.894	169.057.566	200.611.469,49	192.274.999
Outras garantias nos termos da LRF	0	0	0,00	0
<b>INTERNAS (II)</b>	<b>672.049.878</b>	<b>667.691.319</b>	<b>663.240.647,98</b>	<b>658.916.450</b>
Aval ou fiança em operações de crédito	672.049.878	667.691.319	663.240.647,98	658.916.450
Outras garantias nos termos da LRF	0	0	0,00	0
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>850.047.773</b>	<b>836.748.885</b>	<b>863.852.117,47</b>	<b>851.191.449</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>12.130.620.626</b>	<b>11.956.164.625</b>	<b>13.061.265.827</b>	<b>13.379.882.290</b>
<b>% DO TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>7,01</b>	<b>7,00</b>	<b>6,61</b>	<b>6,36</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 43/01, DO SENADO FEDERAL: 22%</b>	<b>22,00</b>	<b>22,00</b>	<b>22,00</b>	<b>22,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art.59 da LRF)</b>	<b>19,80</b>	<b>19,80</b>	<b>19,80</b>	<b>19,80</b>
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
<b>EXTERNAS (V)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0	0	0	0
Outras Garantias nos termos da LRF	0	0	0	0
<b>INTERNAS (VI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Aval ou fiança em operações de crédito	0	0	0	0
Outras garantias nos termos da LRF	0	0	0	0
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS REC.(VII) = (V+VI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 01/04/2014 14:39

Nota: O Estado do Ceará não possui Contragarantias.

### 5.1.4 Demonstrativo das Operações de Crédito

O Demonstrativo das Operações de Créditos, Anexo IV do RGF, nos permite um acompanhamento dos recursos oriundos de empréstimos realizados pelo Estado. Cabe destacar que o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital, constantes do projeto de lei orçamentária. As Operações de Crédito correspondem ao compromisso financeiro assumido em razão de empréstimos realizados, ou operações semelhantes.

As Operações de Crédito totalizaram, no exercício de 2013, o montante de R\$ 1.190.525.228,89, o que representa 8,90% da RCL.

TABELA 136  
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") (R\$ 1,00)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>730.482.315,25</b>	<b>1.190.525.228,89</b>
<b>Mobiliária</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
<b>Contratual</b>	<b>730.482.315,25</b>	<b>1.190.525.228,89</b>
Interna	347.911.701,00	697.515.860,10
Abertura de Crédito	347.911.701,00	697.515.860,10
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outras Operações de Crédito	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Externa	382.570.614,25	493.009.368,79
Abertura de Crédito	382.570.614,25	493.009.368,79
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>31.329.623,13</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	31.329.623,13
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	31.329.623,13
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	31.329.623,13
Do FGTS	0	0
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0	0
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0	0
Amparadas pelo art 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0	0
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>13.379.882.290</b>	<b>-</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Do Período de Referência (III)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
De Períodos anteriores ao de Referência	0	0
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)</b>	<b>1.190.525.229</b>	<b>8,90</b>
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.140.781.166	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 14,40%	1.926.703.054,08	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0	0
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	936.591.760	7,00
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV+IIa)</b>	<b>1.221.854.852</b>	<b>9,13</b>

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 01/04/2014 14:46

Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedada.



## 5.1.5 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

O Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal visa a facilitar o acompanhamento e a verificação de suas informações. A elaboração deste demonstrativo far-se-á mediante a extração das informações dos Demonstrativos: da Despesa com Pessoal; da Dívida Consolidada Líquida; das Garantias e Contragarantias de Valores; das Operações de Crédito; e dos Restos a Pagar.

TABELA 137

### ANEXO VII - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

LRF, art. 48 - Anexo 7

(R\$ 1,00)

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Despesa Total com Pessoal - TDP	7.002.312.155	52,33
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	8.027.929.374	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >	7.626.532.905	57,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida	3.940.902.396	29,45
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	26.759.764.580	200,00
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total das Garantias Concedidas	851.191.449	6,36
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.943.574.104	22,00
<b>OPERACÕES DE CRÉDITO</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Internas e Externas	1.190.525.229	8,90
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	2.125.484.735	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito por Antecipação da Receita	936.591.760	7,00
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>SUFICIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>
Valor apurado nos Demonstrativos respectivos	625.431.652	2.604.461.495

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 02/04/2014 15:25 (Excluí Pensionistas)



Com o objetivo de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, sempre com a observância dos limites fixados pela Lei, o Governo do Estado se posiciona dentro dos gastos estipulados para Pessoal, Dívida, Operações de Crédito, Garantias e outros.


A cada quadrimestre, foi demonstrado, em audiências públicas junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa do Ceará, o cumprimento das metas fiscais do Estado, conforme estabelece o § 4º, do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os Anexos da Gestão Fiscal - RGF foram publicados e entregues aos órgãos de controle externo dentro dos prazos estabelecidos pela LRF, demonstrando, portanto, o compromisso com a transparência na Gestão Pública Estadual.

Ao final deste relatório, entendemos que o objetivo pretendido foi alcançado tendo em vista que, procuramos abordar os aspectos mais relevantes das Contas do Governo relativas ao Exercício de 2013, inseridos nos Anexos do Balanço Geral do Estado, levantados em consonância com as normas legais e pertinentes.

Merece destaque o fato de que a realização dessa peça contábil revelou intensa participação de todos os servidores das Contadorias Direta e Indireta - CECAD e CECAL, aos quais externamos os nossos agradecimentos pela dedicação, competência e comprometimento no desempenho de suas atividades.

Fortaleza, 03 de abril de 2014.

  
MARIA DOLORES PEREIRA  
Orientadora da CECAD  
CRC-CE 5.806/O-5

  
ROSA LIDUINA TEIXEIRA DIOGENES NOGUEIRA  
Orientadora da CECAL  
CRC-CE 7.569/O-8